

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 6 | Nº 17 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4774336>



RESSIGNIFICAÇÕES SOBRE O USO PEDAGÓGICO DO CELULAR A PARTIR DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Robson Lima de Arruda¹

Resumo

Este ensaio texto discorre sobre o uso do celular como principal suporte tecnológico utilizado durante o ensino remoto emergencial, decorrente do distanciamento físico provocado pela Covid-19. Nessa direção, traça um parâmetro de como o celular era visto antes do ensino remoto e como, a partir do seu uso nas aulas remotas, novas possibilidades se colocam como necessárias e urgentes para (re)pensar o uso desse aparelho no pós-pandemia.

Palavras chave: Aparelho Celular; Covid-19; Ensino Remoto; Tecnologias da Informação e Comunicação.

Abstract

This essay discusses the use of cell phones as the main technological support used during emergency remote teach, due to the physical distance caused by Covid-19. In this direction, it outlines a parameter of how the cell phone was seen before remote teach and how, from its use in remote classes, new possibilities are presented as necessary and urgent to (re) think about the use of this device in the postpandemic.

Keywords: Cellphone; Covid-19; Information and Communication Technologies; Remote Teaching.

INTRODUÇÃO

Estamos em 2021, um ano desafiador para a humanidade planetária. Um vírus avassalador nos assola, impondo um medo que nos convoca ao desafio básico da existência: sobreviver. Enquanto escrevo este texto, o número de vidas ceifadas pela doença ultrapassa a marca dos 3,07 milhões. Só no Brasil já são 384 mil histórias de vida interrompidas. Em meio a esse imbróglio, nós, educadores, fomos requisitados a nos fazer presentes diante da impossibilidade de estar juntos fisicamente (NÓVOA, 2020) e, com isso, impedir que as assimetrias educacionais pré-existentis ficassem ainda mais gritantes, provocando maiores níveis de exclusão (SENHORAS, 2020). O distanciamento físico se tornou necessidade e as tecnologias da informação e da comunicação passaram a hospedar, de modo predominante, as nossas relações de aprendizagem e de interação social, durante a pandemia da Covid-19.

¹ Pedagogo. Mestre em Formação de Professores, bem como em Psicanálise Aplicada à Saúde e Educação. E-mail para contato: robsonlima13@hotmail.com



O ensino remoto emergencial tem sido a saída encontrada para manter o vínculo entre a escola e os estudantes, proporcionando-lhes a continuação dos processos de aprendizagem e promovendo a sociabilidade em rede (CASTELLS, 1999). Nesse sentido, as Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC ocupam papel preponderante como suporte que abriga as possibilidades de interação, produção, compartilhamento, letramentos digitais e multiletramentos (COSCARELLI; RIBEIRO, 2005; COSCARELLI, 2019), enquanto que os professores e professoras, estudantes e familiares são convidados a ressignificar e reorganizar seu papel diante do processo de escolarização remota.

O presente artigo dedica-se a discutir como o aparelho celular passou de objeto indesejado à utensílio necessário para as práticas de ensino, considerando que ele ocupa o topo do ranking na lista de aparelhos e recursos tecnológicos com acesso à internet, disponíveis em todas as classes sociais, inclusive nas mais vulneráveis (CGI.br, 2020a). Além disso, argumenta sobre a necessidade de modernizar o ensino presencial, (re)pensando o uso do celular no pós-pandemia.

Com abordagem qualitativa, nos apoiamos em alguns pressupostos sobre educação, tecnologias da informação e comunicação e ensino remoto, defendidos por Castells (1999), Gadotti (2000), Morán (2015), Mercado (1999), Freire (2018), Soares (2020), Morin (2014), dentre outros. Desse modo, pretendemos contribuir com as discussões acerca das questões didático-metodológicas para um novo ensino presencial, tão logo a pandemia acabe.

GUARDEM OS CELULARES!

Livros didáticos e paradidáticos, atividades impressas, quadro, cadernos e o professor ou professora: esses ainda são os recursos mais utilizados em sala de aula, mesmo numa era marcada pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC ou, conforme caracterizou Castells (1999), numa era informacional, cujo volume de informações é gigantesco, mas, paradoxalmente, com pouco acesso ao conhecimento (GADOTTI, 2000).

No início da década de 1970, falava-se em uma sociedade sem escolas e que esta instituição e seus profissionais seriam substituídos pelas tecnologias da informação e da comunicação (LIBÂNEO, 2011). Esse argumento faz sentido se considerarmos que, no contexto atual, a escola deixou de ser vista como o único lugar de acesso ao conhecimento e os professores não são mais vistos como detentores do saber. Nesse entendimento, professores e escolas estariam obsoletos diante do acesso às informações que circulam não mais apenas na escola, mas em todos os espaços e tempos, tornando possível aprender sempre, através do ciberespaço (GADOTTI, 2000). Entretanto, acreditamos e defendemos que



professores e escolas são essenciais e insubstituíveis no processo de humanização. Todavia, reconhecemos que é preciso uma nova cultura do aprender a aprender, habilidades comunicativas e domínio das tecnologias da informação (LIBÂNEO, 2011). Nesse sentido:

Os métodos tradicionais, que privilegiam a transmissão de informações pelos professores, faziam sentido quando o acesso à informação era difícil. Com a Internet e a divulgação aberta de muitos cursos e materiais, podemos aprender em qualquer lugar, a qualquer hora e com muitas pessoas diferentes. Isso é complexo, necessário e um pouco assustador, porque não temos modelos prévios bem sucedidos para aprender de forma flexível numa sociedade altamente conectada (MORÁN, 2015, p. 16).

Diante desse cenário, o que as escolas e muitos professores têm feito? Como tem se posicionado frente a essa nova era? Até pouco tempo era comum que professores tivessem problemas com estudantes que usavam aparelhos celulares de forma indevida em sala de aula. Não raro, era comum as coordenações e diretorias receberem alunos que tiveram os seus aparelhos retidos pelos professores e, em muitos casos, apenas os familiares poderiam retirar o aparelho de volta, sendo necessário o comparecimento à escola para dialogar sobre o comportamento “desrespeitoso” dos filhos.

No Brasil, vários projetos de Lei foram criados nas mais diversas instâncias governamentais para impedir o uso do aparelho celular em sala de aula (RODRIGUES; SEGUNDO; RIBEIRO, 2018) e, além disso, inúmeras escolas constam em seus regimentos, projetos político-pedagógicos e acordos de convivência a proibição ao uso deste aparelho. Todavia, o que se coloca como problema não é o questionamento da postura que inibe o uso indevido do celular na sala de aula, mas a barreira que se cria e as oportunidades que se perdem ao ignorar este recurso, podendo mudar a forma como os estudantes tem acesso ao conhecimento, através do celular, colaborando para construir uma cabeça bem-feita em vez de uma cabeça cheia, ou seja, “organizar o conhecimento e, com isso, evitar a sua acumulação estéril” (MORIN, 2014, p. 24).

O uso das tecnologias em sala de aula ainda é escasso ou utilizado de modo esporádico, insipiente ou até mesmo evitado. Contudo, é possível notar que o reflexo dessa postura aparentemente aversa pode ser entendido por diversos pontos de vista: pela falta de recursos tecnológicos com acesso à internet, falta de formação para aprender a trabalhar com as tecnologias, resistência à mudança por parte de alguns professores, limitações socioeconômicas ocasionada pelos custos excessivos, ênfase no aparelho e não na mensagem, etc. (MERCADO, 1999). Para Gadotti (2000), outra questão que limita a inserção das tecnologias nas aulas é a cultura do papel. Para ele, esta representa talvez:

o maior obstáculo ao uso intensivo da Internet, em particular da educação à distância com base na internet. Por isso, os jovens que ainda não internalizaram inteiramente essa cultura adaptam-se



com mais facilidade do que os adultos ao uso do computador. Eles já estão nascendo com essa nova cultura, a cultura digital (GADOTTI, 2000, p. 5).

Diferentemente de outros recursos tecnológicos como datashow, computadores, TVs, etc., o aparelho celular difere dos demais porque pertence ao individual. Com isso, o uso deste aparelho nas aulas oferece possibilidades de maior desenvolvimento da autonomia frente às possibilidades do conhecimento já que, inclusive, podem extrapolar o tempo e o espaço da sala de aula. Entretanto, nem todos os estudantes possuem acesso ao aparelho celular e à internet (CGI.br, 2020a), o que implica pensar estratégias de interação, produção e vivências coletivas com as TIC, tornando o espaço escolar cada vez mais inclusivo.

O fato é que o celular se tornou praticamente uma extensão do nosso corpo, de modo que nossas relações com o mundo se tornaram praticamente dependentes deste aparelho: mensagens de aplicativo, redes sociais, sites de notícia, aplicativos para pedir transporte, comida, para fazer pagamento, despertador, relógio, agenda, ouvir música, assistir vídeos, filmes, jogos, dentre outros. Até mesmo para as crianças pequenas que ainda não possui celular, é comum que vejam seus familiares imersos no aparelho. Ou seja, não tem como negar a existência desse recurso na vida das pessoas. Não obstante, a realização de estudos pelo celular é apontada por 41% da população brasileira, atrás da comunicação por mensagens (92%), uso de redes sociais (76%), chamadas de voz e vídeo (73%), busca por produtos e serviços (59%), busca por serviços de saúde (47%) (CGI.br, 2020a). Durante a pandemia da Covid-19, o uso do celular para atividades de estudo aumentou. Os índices são maiores entre os jovens de 16 a 24 anos (56%), no ensino fundamental (70%) e nas classes DE (84%) (CGI.br, 2020b). Vale ressaltar, esta é uma condição imposta pelo cenário pandêmico. Agora, o jogo virou e o celular é necessário.

POR FAVOR, USEM OS CELULARES!

Ainda que de forma impositiva e conflituosa, a pandemia da Covid-19 nos forçou a repensar o uso das tecnologias para o ensino e, ironicamente, nos colocou em contato com o aparelho celular como principal instrumento de mediação, interação, envio e recebimento de conteúdos e mensagens. O que antes era evitado, agora se tornou necessário. A preocupação com quem usava o celular durante as aulas agora se voltou para quem não tem este aparelho com acesso à internet para participar das aulas.

No contexto pandêmico da Covid-19, professores e estudantes passaram a explorar, aprender e utilizar o aparelho celular como principal ferramenta de trabalho e acesso às aulas. A partir desse suporte, uma variedade de atividades tem sido desenvolvida: envio de áudios, imagens e vídeos, ligações, pesquisas, uso de aplicativos, chamadas de vídeo, leitura, produção, gravação, edição, publicação, upload e download,



acesso a sistemas, registros, entre outros. Conforme já dissemos, o aparelho celular é um recurso que hospeda múltiplas possibilidades de interação e sociabilidade. É realmente um mundo na palma da nossa mão.

Durante o ensino remoto, muitos professores se sentiram desafiados a experimentar pela primeira vez o manuseio de programas, aplicativos e funções simples que os celulares possuíam, mas que ainda não haviam sido exploradas, tampouco pedagogicamente. Esse comportamento é comum nos chamados imigrantes digitais. Já para as crianças e jovens, considerados nativos digitais, as tecnologias fazem parte de um cotidiano de constantes descobertas e interações, o que provavelmente pode facilitar em relação ao ensino remoto (PRESNKY, 2001). Desse modo, alunos ensinam o que sabem enquanto aprendem e professores aprendem enquanto ensinam o que sabem (FREIRE, 2018). Todavia, a questão fundamental que se coloca aqui é sobre como os professores estão mediando os processos de ensino remoto através do aparelho celular. Ou seja, em que medida este suporte tem sido explorado para diversificar, modernizar, facilitar e dinamizar o processo de interação ou até que ponto ele não está sendo utilizado apenas para reforçar as metodologias tradicionais ou convencionais utilizadas no ensino presencial?

Para Soares (2020), além de esbarrar na falta de acesso à internet por parte de grande parcela dos estudantes, o ensino remoto deixou evidente a falta de manejo de muitos professores com as tecnologias. Com isso:

Onde ainda se consegue realizar as ditas atividades virtuais, elas acabam, muitas vezes, por se constituírem em um mero aprofundamento das metodologias tradicionais (exercícios, correções, aulas expositivas) e não em um aproveitamento da tecnologia para desenvolver técnicas mais atrativas e estimulantes de aprendizagem (SOARES, 2020, p. 8).

Estas questões merecem atenção especial e podem ser aprofundadas em uma pesquisa qualitativa que se debruce sobre os processos metodológicos utilizados no ensino remoto. Por hora, pretendemos problematizar e lançar o debate, entendendo que:

já não se pode mais negar o uso potencial dessas tecnologias por crianças e jovens, mas sim, faz-se necessário incorporá-las ao contexto escolar, possibilitando aos educadores e educandos usá-las nas atividades escolares de forma criativa em vários espaços, e não simplesmente se restringindo ao espaço da sala de aula (RODRIGUES; SEGUNDO; RIBEIRO, 2018, p. 118).

Decerto, o maior desejo e anseio de professores, estudantes e familiares é o retorno às aulas presenciais. No entanto, ainda que professores e alunos necessitem desse contato presencial, face a face, é necessário interagir digitalmente com as tecnologias acessíveis, sobretudo o celular. Essa questão compreende uma emergência de nossos tempos e por isso é preciso pensar em processos de formação que atendam às necessidades e lacunas existentes neste aspecto. Desse modo:



Não basta que os professores disponham, na escola, dos meios de comunicação ou apenas souberem usá-los. É preciso que aprendam a elaborar e a intervir no processo comunicacional que se realiza entre professores e alunos por meio das mídias (LIBÂNEO, 2011, p. 71).

O ensino remoto que vem sendo utilizado durante a pandemia é, sem dúvidas, uma oportunidade de, no mínimo, repensar a nossa relação com as tecnologias e, se possível, desconstruir paradigmas conceituais e mudar posturas. Nessa direção, ainda que diante de um momento atípico e dramático, se sairá melhor no pós-pandemia quem não continuar resistindo ao óbvio e se abrir para o novo.

QUAL SERÁ O LUGAR DO CELULAR NO ENSINO PÓS-PANDEMIA?

Um dos maiores desafios da docência na era da informação e do conhecimento é ensinar a pensar criticamente e, para isso, é essencial o domínio das diversas linguagens, inclusive a eletrônica (GADOTTI, 2000). Não há mais como fugir e adiar o inadiável. A escola, como a conhecemos, deverá dar lugar a uma nova escola, em que a tecnologia possa ter a mesma ou a máxima importância que os outros instrumentos convencionais do ensino. Não se trata, com isso, de abandonar o que é clássico e funciona, mas de ir se adaptando a uma nova realidade que, há tempos, tem ficado do lado de fora dos muros da escola ou que, quando entra, ocupa espaço secundário.

Quando professores e estudantes voltarem ao espaço físico presencial da escola, qual será o lugar do celular? Pressupomos que não será nos confiscos da gestão nem da coordenação. O que não quer dizer, também, que não seja necessário um trabalho estratégico para inserir este suporte nas aulas e evitar que ele atrapalhe ou seja usado de modo equivocado. Nessa direção, o trabalho com as tecnologias deverá se tornar uma das prioridades, considerando as possibilidades de ampliação do conhecimento não apenas ao espaço físico escolar, mas no ciberespaço já que este não pertence a lugar nenhum e, portanto, está em todo lugar e o tempo todo. Assim, a escola precisa deixar de ser lecionadora para se tornar gestora do conhecimento (GADOTTI, 2000).

No ensino presencial pós-pandemia, o celular deverá servir de suporte para fomentar a pesquisa, o estudo em grupo, a realização de atividades e avaliações *on-line*, produção, compartilhamento e interação, comunicação e exercer protagonismo, dentre outras possibilidades previstas, inclusive, na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Além disso, continuará servindo de canal de comunicação e interação entre família e escola, a fim de que a participação no processo de escolarização dos estudantes não fique restrita às reuniões bimestrais presenciais. Nesse sentido, os grupos de mensagem deverão continuar como um canal de permanente diálogo entre escola e família. No campo da gestão e organização pedagógica, o uso do celular deverá ser ampliado, sobretudo como suporte pedagógico e administrativo para formações, estudos, reuniões e interações mútuas e contínuas. Ou seja,



razões não nos faltam para que o celular permaneça em nosso convívio educativo, desta vez, não apenas como um acessório de uso individual, mas um suporte de comunicação, interação e aprendizagem.

É fato que não há nada o que comemorar ou agradecer à pandemia. Nenhuma aprendizagem ou suposta evolução alcançadas nesses tempos de distanciamento físico se justifica sob a dor de tantas vidas perdidas e famílias dilaceradas. Todavia, é inegável que a complexa dinâmica da resistência e resiliência diante do caos instalado pela Covid-19 nos permitem falar, dentre outros aspectos, sobre nossas forças e fragilidades, a fim de que repensemos e refaçamos alguns caminhos necessários num futuro bem próximo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CGI.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2019**. 1ª edição. São Paulo: CGI.br, 2020a.

CGI.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil **Pesquisa sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus: Painel TIC COVID-19**. 3ª edição. São Paulo: CGI.br, 2020b.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (orgs.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

COSCARELLI, C. V. "Multiletramentos e empoderamento na educação". In: FERRAZ, O. (orgs.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, M. "Perspectivas atuais da educação". **São Paulo em Perspectiva**, vol. 14, n.2, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2011.

MERCADO, L. P. L. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: EDUFAL, 1999.

MORAN, J. "Mudando a educação com metodologias ativas". In: SOUZA, C. A.; MORALES, O. E. T. (orgs.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**, vol. 2. Ponta Grossa: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.



MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2014.

NÓVOA, A. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo.** São Paulo: SIMPRO, 2007.

PRENSKY, M. “Digital Natives Digital Immigrants”. *In*: PRENSKY, M (ed). **On the Horizon.** Lincon: NCB University Press, 2001.

RODRIGUES, F.; SEGUNDO, G.; RIBEIRO, L. “O uso do celular na sala de aula e a legislação vigente no Brasil”. *In*: **Anais do III Congresso sobre Tecnologias na Educação – Ctrl+E.** Fortaleza: CEUR, 2018. Disponível em: <<http://ceur-ws.org>>. Acesso em: 23/04/2021.

SENHORAS, E. M. “Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos”. **Boletim de Conjuntura**, vol. 2, n. 5, 2020.

SOARES, S. B. V. “Coronavírus e a modernização conservadora da educação”. *In*: SOARES, S. B. V. *et al.* (orgs.). **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil.** Editora Terra Sem Amos, 2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 6 | Nº 17 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima